

REIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO PRÉVIO E FORMAÇÃO A PARTIR DE AXEL HONNETH

Rubilar Tomasi¹

RESUMO

A teoria do reconhecimento desenvolvida por Axel Honneth em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (1992/2003), propõe uma abordagem normativa da vida social, na qual o reconhecimento recíproco se configura como elemento central para a constituição da identidade pessoal e coletiva. Em 2005 o autor realiza modificações e acréscimos importantes ao núcleo original de sua teoria do reconhecimento, promovendo discussões sobre temas que se referem a deformações do reconhecimento, entre elas a reificação. Isso ocorre quando percebemos as manifestações de conduta de outras pessoas requerendo nosso reconhecimento mas, apesar de percebermos estas expressões, não nos sentimos afetados por inexistir um sentimento de união. Sendo assim, o objetivo do presente texto é analisar a reificação, procurando identificar possíveis contribuições desta conceitualização centrada na ideia de reconhecimento prévio para os processos educativos. A investigação foi realizada com a metodologia de cunho bibliográfico-hermenêutico, analisando principalmente a obra *Reificação: um estudo na teoria do reconhecimento*, publicada em 2005. No final da pesquisa foi possível perceber que, ao tratar sobre as patologias sociais, Honneth possibilitou contribuições para os processos educativos ao afirmar que estas, de forma especial a reificação, podem ser superadas, pois permanece latente dentro de cada indivíduo o interesse pela emancipação e a capacidade de reagir e recuperar a racionalidade que estava distorcida, mas, para isso, os processos educativos necessitam estar comprometidos com essa premissa.

¹ Doutor em Educação (UPF), Mestre Sociologia (UAH/Chile) e Graduado em Filosofia (FAFIMC). Professor de Filosofia, com dedicação exclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão. E-mail: rubilar.tomasi@sertao.ifrs.edu.br. Orcid 0009-0008-5393-9173

Palavras-chave: Honneth; Luta por reconhecimento; Reificação; Processos educativos.

REIFICATION, PREVIOUS RECOGNITION AND FORMATION IN AXEL HONNETH

ABSTRACT

The theory of recognition, developed by Axel Honneth in *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts* (1992/2003), proposes a normative approach to social life where reciprocal recognition is a central element for the constitution of personal and collective identity. In 2005, the author made important modifications and additions to the original core of his theory of recognition, fostering discussions on topics related to distortions of recognition, among them reification. This occurs when we perceive the behavioral manifestations of other people requiring our recognition, but despite perceiving these expressions, we are not affected because there is no feeling of unity. Therefore, the purpose of this text is to analyze reification, seeking to identify possible contributions of this conceptualization—centered on the idea of prior recognition—to educational processes. The investigation was carried out using a bibliographic-hermeneutic methodology, primarily analyzing the work *Reification: A Study in the Theory of Recognition*, published in 2005. At the end of the research, it was possible to see that by addressing social pathologies, Honneth made contributions to educational processes by stating that these pathologies, especially reification, can be overcome. This is because the interest in emancipation and the capacity to react and recover distorted rationality remain latent within each individual. However, for this to happen, educational processes must be committed to this premise.

Keywords: Honneth; Struggle for recognition; Reification; Educational processes.

INTRODUÇÃO

Em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003) - obra original publicada em 1992 - Axel Honneth desenvolve um conceito de reconhecimento recíproco que implica três padrões ou níveis de relações de reconhecimento, a saber: o amoroso, o jurídico e o social. Honneth procurou dar à ideia hegeliana da luta por reconhecimento um caráter pós-metafísico, por meio de



uma inflexão empírica, principalmente via psicologia social de Mead. Desse modo, procura desenvolver um modelo de teoria social crítica baseada na luta por reconhecimento enquanto luta pela construção intersubjetiva da identidade pessoal e social.

O conflito seria a base para a interação humana e sua gramática a luta por reconhecimento de modo e a ser nesse contexto conflituoso e intersubjetivo que se tornaria possível a formação da identidade pessoal, o que demonstraria a relação existente entre a experiência de reconhecimento e a relação do sujeito consigo próprio. Ou seja, na medida em que o sujeito amplia cada uma das formas do reconhecimento, vai simultaneamente desenvolvendo sua autoconfiança, autorrespeito e autoestima, o que proporciona a autorrelação prática ou positiva consigo mesmo.

Mas, de forma distinta, as experiências de desrespeito podem abalar a formação da identidade pessoal, ferindo a compressão positiva que tem de si mesmo ao ser privado do reconhecimento de determinadas pretensões de sua identidade. Honneth defende a tese de que a constituição da autorrelação prática da pessoa tem um profundo nexos com a as experiências de reconhecimento, ou seja, que o indivíduo aprende a referir-se a si mesmo como alguém que possui determinadas capacidades e propriedades na medida em que é aprovado e encorajado pelos demais.

No entanto, mais de uma década depois da publicação de *Luta por reconhecimento*, realiza modificações e acréscimos importantes ao núcleo original de sua teoria do reconhecimento. Em textos como *Invisibilidade: sobre a epistemologia do reconhecimento* (2003), *Conhecer e reconhecer: sobre a teoria da intersubjetividade de Sartre* (2003), *Reconhecimento como ideologia* (2004) e *Reificação: um estudo na teoria do reconhecimento* (2005) é abordado um conceito de reconhecimento prévio e não mais um conceito geral de reconhecimento e são feitas novas discussões sobre temas que se referem a deformações do reconhecimento: a invisibilidade social, as ideologias e a reificação.



O objetivo do presente texto é analisar uma destas patologias sociais, a reificação, procurando identificar possíveis contribuições desta conceitualização centrada na ideia de reconhecimento prévio para os processos educativos. Procedo uma investigação com a metodologia de cunho bibliográfico-hermenêutico, analisando principalmente a obra *Reificação: um estudo na teoria do reconhecimento*, publicada em 2005. Com esse propósito, dividiremos o estudo em três partes: na primeira, mostraremos o reconhecimento prévio como ampliação do reconhecimento e as patologias sociais como ampliação da análise honnethiana das deformações do reconhecimento; na segunda, apresentaremos a relação entre reificação e reconhecimento prévio; por fim, na terceira, exploraremos as possíveis contribuições que a conceitualização da ideia de reificação pode proporcionar para os processos educativos.

DESENVOLVIMENTO

Reconhecimento prévio como ampliação do reconhecimento e patologias sociais como ampliação da análise das deformações do reconhecimento

Honneth, em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003), retoma o jovem Hegel do período de Jena e, confrontando-o empiricamente principalmente com a psicologia social de Mead, elabora sua teoria tendo como núcleo central o conflito. Na esteira de Hegel, retoma uma concepção de conflito que se origina nas experiências de desrespeito à expectativas morais que afetam a identidade pessoal e coletiva, diferente da concepção de conflito existente na filosofia moderna que se originava na luta por poder ou por autoconservação. Todavia, para dar uma conotação empírica a sua teoria, Honneth buscou reconstruir, principalmente à luz da psicologia social empiricamente sustentada de Mead, a proposta de Hegel com uma fenomenologia empiricamente controlada. Honneth conclui que uma adequada formação da identidade pessoal



está profundamente ligada à necessidade humana de reconhecimento intersubjetivo e reivindica para uma série de três esferas de reconhecimento a lógica de um processo de formação da identidade pessoal mediado pelas etapas de uma luta moral, a saber, amor, direito e eticidade.

No amor, o reconhecimento afetivo possibilita ao indivíduo adquirir confiança em si mesmo e autoconfiança nas relações eróticas entre dois parceiros. A autoconfiança individual é entendida como a base indispensável para a participação autônoma na vida pública. No entanto, violações e maus-tratos afetam a integridade física e a autoconfiança. Formas de desrespeito que afetam a integridade corporal não são lesivas somente *“pela dor puramente corporal, mas por sua ligação como sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade”* (HONNETH, 2003, p.215). Como consequência disso, o sujeito perde a confiança em si e no mundo, somada com a vergonha social que impede a existência de uma autorrelação positiva.

No direito, o reconhecimento jurídico permite que o sujeito adquira autorrespeito por perceber-se reconhecido como membro de uma sociedade e protegido por determinados direitos. Mas para isso, devemos compreender que nos percebemos como portadores de direitos no momento em sabemos quais obrigações temos com relação aos outros. O autorrespeito está presente em um indivíduo no momento em que ele pode constatar que goza do respeito de todos os parceiros de interação e a negação de direitos e a exclusão geram experiências de rebaixamento:

Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação como o sentimento de não possuir o status de um parceiro de interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade (HONNETH, 2003, p.216).

Junto com a experiência de privação de direitos surge a da perda de autorrespeito, ou seja, a perda da possibilidade de se autoperceber com capacidades suficientes para se referir em pé de igualdade com todos os próximos.



Na solidariedade, o reconhecimento social possibilita que o sujeito adquira autoestima, que se perceba como possuidor de determinadas habilidades e talentos valiosos para a sociedade e se sinta autorrealizado. Os critérios para avaliar a estima social variam de acordo com a cultura e com o período histórico, visto que estes são determinados de forma intersubjetiva. A solidariedade é entendida como uma espécie de relação interativa em que os sujeitos, por se estimarem entre si, se interessam mutuamente por seus modos distintos de vida: *“Estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum”* (HONNETH, 2003, p.210). No entanto, degradações e ofensas afetam a autoestima, criando uma imagem negativa em relação ao valor social de indivíduos ou grupos. Os sujeitos que sofrem “ofensas” e “degradações” são excluídos da possibilidade de terem “honra”, “dignidade e “status” e, conseqüentemente, não têm a possibilidade de serem reconhecidos socialmente por suas capacidades e habilidades. Nesse caso, *“É subtraído da pessoa pelo desrespeito a possibilidade de autorrealização que ela encontrou arduamente como o encorajamento baseado em solidariedades de grupos”* (HONNETH, 2003, p.217).

No entanto, após a publicação de *Luta por reconhecimento*, Honneth realiza uma aproximação à referências teóricas distintas² daquelas usadas na elaboração do conceito de reconhecimento recíproco, o que também lhe possibilita a produção de um diagnóstico de época mais preciso e rico em detalhes. Baseando-se na dimensão ética de sua teoria do reconhecimento e nas ideias de Hegel, Honneth desenvolve uma análise sobre o capitalismo contemporâneo neoliberal e suas implicações para os processos de individualização e socialização humana,

² Destacamos os estudos de Boltanski e Chiapello em *O novo espírito do capitalismo* (2009), que afirmam que a história do capitalismo passou por três “espíritos do capitalismo”, de acordo com a definição que dão a esse conceito. Para esses autores na metade da década de 70 entramos no terceiro espírito, no qual o capitalismo começa a substituir os princípios fordistas da organização hierárquica do trabalho em prol da organização em rede centrada na iniciativa e na autonomia relativa do trabalho.



procurando realizar a “identificação das patologias sociais que afetam as condições de autorrealização dos sujeitos e, pois, a formação da própria identidade” (CENCI, 2016, p. 713).

Estes novos estudos de Honneth abordam a problemática da negação do reconhecimento e a formulação do conceito de reconhecimento prévio e foram motivados, entre outras, por interlocuções com concepções filosóficas sobre o reconhecimento como as de Sartre, Cavell, Whitebook, Butler e Margalit. Por exemplo, baseando-se nos estudos de Cavell (1996), que entende que a possibilidade do entendimento das manifestações linguísticas e dos estados de sensibilidade de outro sujeito somente é possível quando nos encontramos em uma atitude de identificação prévia ou reconhecimento, Honneth elabora a tese da preeminência do reconhecimento em relação ao conhecimento. Destacamos também a influência dos resultados das pesquisas realizadas no campo da psicologia evolutiva de Tomasello (1999) e Hobson (2007), assim como pela psicanálise e pela psicologia do desenvolvimento de Daniel Stern (1984) referente às crianças autistas. Tais pesquisas levam Honneth a elaborar a tese de que o nosso conhecimento é mais preciso e adequado quanto maior for a abertura emocional ou de identificação com a pessoa de referência na primeira infância.

Não se trata do abandono do quadro teórico de 1992 que estava centrado em categorias do reconhecimento e do desrespeito, mas transformações e acréscimos importantes que podem ser caracterizados como uma evolução em sua teoria. Por exemplo, as esferas do reconhecimento (amor, direito e solidariedade) que eram entendidas como dimensões ontológicas do desenvolvimento da personalidade em *Luta por reconhecimento*, passam a ser abordadas como esferas sociais historicamente situadas em *Redistribution or Recognition* (2003)³ (Cenci, 2016, p. 713).

³ Nas referências esta obra está citada na versão espanhol, conforme Fraser e Honneth (2006).



Estas novas publicações, posteriores a 1992, podem ser entendidas como necessidades de precisão e definição do âmbito e do sentido da Teoria Crítica baseada no conceito de reconhecimento e procuram realizar um diagnóstico da sociedade contemporânea baseado no conceito do reconhecimento, relacionar de forma mais ampla a teoria de Honneth com a Teoria Crítica anterior e com outras vertentes da crítica social contemporânea e sobre a função e as perspectivas de uma filosofia social neste diagnóstico e nesta crítica.

Em seu artigo *Patologias sociais da razão*, publicado originalmente sob a forma de um conjunto de artigos em *Das andere der gerechtigkeit* (O outro da justiça) em 2000, Honneth procura precisar o conceito de patologia social, delimitando de forma mais clara a sua concepção de justiça e de moral, baseando-se não somente no Hegel de Jena, mas também na Filosofia do Direito do Hegel maduro. Para Honneth, as patologias sociais não são somente violações de princípios de justiça, mas também perturbações que se opõem a um conceito de normalidade, ou seja, são violações que afetam a sociedade como um todo, algo muito mais amplo que o conceito de injustiça que atinge somente alguns membros da sociedade. Com essa definição de patologia social Honneth destaca a necessidade de parâmetros normativos mais compreensivos dos oferecidos por uma teoria formal de justiça.

A delimitação deste parâmetro normativo culmina em um conceito de “comunidade pós-tradicional”, o qual está presente na concepção de “eticidade formal” de *Luta por reconhecimento*. Este conceito de “comunidade pós-tradicional” é entendido por Honneth como característico das sociedades modernas onde existe reconhecimento e como intermediária entre as concepções de sociedades provenientes do liberalismo e do comunitarismo. Desta concepção normativa de reconhecimento deriva também uma “moral” entendida por Honneth como intermediária entre Aristóteles e Kant, na qual o conflito moral se manifesta nos distintos tipos de reconhecimento que constituem o todo ético. Este parâmetro normativo da teoria do reconhecimento, segundo Honneth, oferece uma resposta à



definição da concepção de justiça e moral, sem deixar de lado a ideia formal de justiça e incluindo uma concepção formal de vida boa.

Em *Sofrimento por indeterminação. Uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel* (2007a), Honneth novamente procura realizar um diagnóstico das patologias sociais da sociedade moderna. Para Hegel, o “sofrimento por indeterminação” seria resultado da ideia moderna unilateral, individualista e negativa de liberdade, o que pode ser superado com uma possível “terapia” de “determinação” do indivíduo e a realização de sua liberdade na eticidade, a qual é composta por três níveis: a família, a sociedade civil e Estado. Apesar das limitações da *Filosofia do direito* de Hegel, Honneth encontra nesta obra os elementos de sua teoria do reconhecimento que agora baseiam a noção de “liberdade comunicativa”.

Outro conjunto de obras escritas por Honneth após *Luta por reconhecimento* e que tem por intenção de solucionar problemas internos de sua teoria do reconhecimento, relacionadas principalmente com as implicações das patologias sociais, pode ser dividido em três linhas gerais. Uma delas está presente em *Redistribuição ou reconhecimento? Um debate político-filosófico* (2003), na qual há a preocupação sobre os critérios de definição do conceito de justiça. Nesta obra ocorre um intenso debate entre Nancy Fraser e Honneth e na sua primeira parte aquela insiste no “dualismo” de perspectivas na concepção de justiça que é constituída por dois conceitos irreduzíveis: “redistribuição” e o “reconhecimento”. Já Honneth procura formular um conceito de reconhecimento como uma categoria que incluiria também os conflitos que tradicionalmente se atribuem questões da justiça associadas a problemas distributivos, ou seja, no lugar do dualismo de perspectivas de Fraser, Honneth propõe um “monismo normativo”.

Outra linha de reflexão de Honneth nesse período refere-se à dificuldade de definição da noção de reconhecimento, mais especificamente sobre a questão do que se reconhece quando se reconhece algo em alguém. Além disso, é tematizada a questão de se o reconhecimento deve ser entendido como um ato atributivo ou



simplesmente receptivo e porque motivos seria algo irrenunciável nas pessoas. Honneth (2006) procurará definir o reconhecimento como uma reação comportamental com a qual respondemos racionalmente a qualidades avaliativas que aprendemos a perceber na medida em que estamos integrados no mundo da vida. Trata-se de um comportamento reativo com o qual respondemos às propriedades de valor de outras pessoas de forma racional. Em *Invisibilidad. Sobre la epistemología moral del reconocimiento*, publicada originalmente em 2003, Honneth pergunta-se sobre a relação entre conhecer e reconhecer. Para o autor, “ver através de” uma pessoa ou torná-la “invisível” socialmente caracteriza-se como uma patologia social, o que o leva a concluir da necessidade do reconhecimento sobre o conhecimento.

A partir destas reflexões Honneth amplia o âmbito da explicação e da crítica da teoria do reconhecimento em vários sentidos. O desenvolvimento da análise entre conhecer e reconhecer, presente em *Invisibilidad*, leva-no em *Reificação. Um estudo na teoria do reconhecimento* (publicada originalmente em 2005) novamente à ideia da primazia do reconhecimento e o conceito de coisificação passa a ser caracterizado como “esquecimento do reconhecimento”. Honneth retoma o conceito lukacsiano de reificação, analisando sua dupla estratégia conceitual empregada para definir aquele conceito, visando a sua reatualização. Além disso, delinea alguns traços de sua teoria do reconhecimento, concentrando-se em sua tese principal do primado do reconhecimento para toda forma de sociabilidade humana e elabora tanto um argumento genético e quanto um categorial. No argumento genético afirma que o surgimento das capacidades infantis de conhecer, pensar e interagir devem ser entendidas como um processo que se desenvolve mediante o mecanismo de adoção de perspectiva, mas para que isso ocorra a criança deve antes identificar-se emocionalmente com a pessoa de referência. Esta tese procura argumentar que uma criança somente vislumbra a abundância de significados existenciais que os dados situacionais podem ter para os homens a partir da perspectiva da pessoa



amada. Esta argumentação de Honneth procura mostrar que o nosso conhecimento é mais preciso e adequado, quando maior for a abertura emocional ou de identificação com a pessoa de referência, ou seja, que a exatidão de nosso conhecimento se mede pela quantidade de reconhecimento emocional que temos nos primeiros anos de vida. No argumento conceitual também está presente um conceito de formação da identidade centrado no reconhecimento prévio. Refere-se a ideia de que não podemos obter conhecimento do “psiquismo alheio” sem antes haver uma postura pela qual me sinto como se estivesse incluído existencialmente em seu mundo de sensações, pois os estados mentais não constituem simplesmente objetos de um saber. A possibilidade do entendimento de manifestações linguísticas somente é possível quando nos encontramos em uma atitude de identificação prévia ou reconhecimento prévio. A maneira como o indivíduo se relaciona com os demais e reage diante dos mais variados tipos de acontecimentos que experimenta diariamente vai depender da forma como foi previamente reconhecido.

Com esta breve exposição é possível notar em linhas gerais, que depois da publicação de *Luta por reconhecimento* Honneth realiza modificações e acréscimos importantes ao núcleo original de sua teoria do reconhecimento, motivadas principalmente por interlocuções com concepções filosóficas distintas (CENCI, 2016, p. 712). Pretendemos agora aprofundar ~~as pesquisas sobre~~ o conceito de reificação, com destaque à ideia de reconhecimento prévio, para em um terceiro momento analisar criticamente as possíveis contribuições para os processos educativos que podem ser extraídos deste conceito.

Reificação e reconhecimento prévio

Entre os anos de 1920 e 1930 o conceito “reificação” esteve presente em muitos escritos alemães que tratavam sobre a crítica social e cultural. Segundo



Honneth, percebia-se uma realidade em que, nas relações sociais, parecia existir uma instrumentalidade fria e calculada, que o amor do artesão por suas obras tinha dado lugar a uma disposição puramente instrumental e as experiências interiores dos indivíduos deixavam transparecer hábitos frios e uma docilidade interessada. Foi Georg Lukács (1969), em 1925, o primeiro a desenvolver o conceito de “reificação”, tendo como base as obras de Marx, Weber e Simmel, desenvolvendo um raciocínio sobre a reificação social e a consciência do proletariado que, posteriormente, iria motivar muitos outros autores a tratar sobre o assunto. No entanto, no final da Segunda Guerra Mundial os estudos dos filósofos da Teoria Crítica são direcionados mais à análise das insuficiências das democracias e as injustiças, deixando de existir a centralidade nos estudos sobre os conceitos patológicos da “reificação”.

Para reatualizar o conceito de reificação, Honneth desenvolve a tese de que o reconhecimento é preeminente diante ao conhecimento, tanto em sua gênese como em seu conceito. Um dos desafios do autor é mostrar provas e argumentos independentes que comprovem esta afirmação para, somente depois, tornar-se possível esboçar como deveria estar constituído um conceito de “reificação” que se conserve no plano da teoria do reconhecimento. Honneth procurará desenvolver a argumentação de que uma das especificidades da conduta humana reside na atitude comunicativa da adoção racional de perspectivas, a qual está enraizada em uma interpretação prévia que tem seus traços em uma preocupação existencial. Para desenvolver esta ideia, parte do ponto de vista genético, direcionando a atenção às condições prévias da aquisição da capacidade de uma criança adotar uma perspectiva. Ou seja, para Honneth, baseando-se nos estudos de Habermas (1990) e Cavell (1996), existe um consenso nos estudos da psicologia evolutiva e nos estudos de socialização, neste caso referindo-se a Piaget, Mead, Davidson e Freud, de que o surgimento das capacidades infantis de pensar e interagir devem ser entendidas como um processo que se desenvolve mediante o mecanismo de adoção de perspectiva. O fato da criança lactante reclamar ou chorar diante sua



pessoa de referência, dirigindo seu olhar à objetos cheios de significados, é o primeiro sinal da existência de uma fase de ensaio em que se experimenta a independência de se olhar o mundo. Segundo Honneth,

O processo evolutivo infantil da aquisição das capacidades cognitivas tem uma profunda relação com a formação das primeiras relações comunicativas: a criança aprende a vincular-se com um mundo objetivo de objetos constantes quando, desde a perspectiva de uma segunda pessoa, desenvolve uma descentralização progressiva de sua própria perspectiva, que em um primeiro momento é egocêntrica (2007b, p. 63).

Das teorias acima referidas decorre a ideia de que é necessário a adoção de perspectiva para o surgimento do pensamento simbólico, mas Honneth levanta o questionamento sobre o fato de se ignorar o lado emocional da relação entre a criança e a pessoa de referência. Por isso, destaca a ideia de que a criança deve identificar-se primeiro com a pessoa de referência antes de considerá-la uma instância corretiva, que lhe orienta a afastar-se dos perigos, para com isso, demonstrar a preeminência ontogenética⁴ do reconhecimento frente ao conhecimento.

Segundo Honneth, existe a semelhança nestas abordagens teóricas no que se refere à aprendizagem na medida em que destacam a importância da comunicação na aprendizagem e percepção dos objetos como entidades de um mundo objetivo. A grande diferença, segundo Honneth, é que a abordagem de Hobson, Tomasello e Dornes destaca a importância da união emocional entre as partes:

Hobson e Tomasello sustentam que a criança não poderia executar todos estes passos de aprendizagem interativa se não tivesse desenvolvido antes um sentimento de união com a pessoa de referência, tendo em vista que somente uma identificação previa tal

⁴ Diz respeito à origem e ao desenvolvimento de um organismo.



que lhe permite deixar-se comover ou motivar pela presença do outro concreto, de modo de poder seguir com interesse as mudanças de atitude deste (HONNETH, 2007b, p. 67).

Segundo Honneth, Adorno também esboça uma ideia semelhante na *Dialética negativa* e na *Minima moralia* ao afirmar que um homem se torna homem, ou seja, um ser com intelecto, somente imitando a outros homens e que esta imitação representa uma forma primeira do amor. A descentração da criança em outro é entendida como uma forma de implicação existencial e afetiva com o outro e um modo de reconhecimento que posteriormente permite experimentar sua perspectiva do mundo como significativa (HONNETH, 2007b, p. 69).

Honneth, a partir das leituras de Hobson, Tomasello, Dornes e Adorno, conclui que é possível comprovar a tese de que “uma criança somente vislumbra a abundância de significados existenciais que os dados situacionais podem ter para os homens a partir da perspectiva da pessoa amada” (HONNETH, 2007b, p. 70). Esta argumentação procura mostrar que o nosso conhecimento é tanto mais preciso e adequado quanto maior for a abertura emocional ou de identificação com a pessoa de referência.

Honneth procura argumentar, baseando-se nas reflexões de Stanley Cavell, que nossas relações cognitivas com o mundo também estão ligadas ao reconhecimento em um sentido conceitual. Cavell, segundo Honneth, critica “a ideia de que podemos obter um conhecimento direto, imediato dos estados mentais de outras pessoas, do chamado ‘psiquismo alheio’” (HONNETH, 2007b, p. 73). Esta afirmação está baseada na ideia de que a tentativa de descobrir o acesso ao outro sujeito segundo o modelo de uma relação de conhecimento é impossibilitada pelo fato dos estados mentais não constituírem simplesmente objetos de um saber.

Para Cavell, antes de qualquer tipo de conhecimento possível sobre os estados de sensibilidade de outro sujeito, deve haver uma postura pela qual me sinto como se estivesse incluído existencialmente em seu mundo de sensações. Segundo Honneth, Cavell entende que “reconhecer” (to acknowledge) significa



então adotar uma postura na qual as expressões de conduta de uma segunda pessoa podem ser entendidas como requerimentos a reagir de uma maneira distinta” (HONNETH, 2007b, p. 77). Se, diante de expressões de sensações de um indivíduo não ocorre nenhuma reação por parte de uma segunda pessoa, isso significa que esta não terá condições de reconhecer e também, em última instância, de manter relações sociais.

A partir desta argumentação de Cavell, Honneth irá fundamentar a tese da preeminência do reconhecimento em relação ao conhecimento também em um sentido conceitual, ou seja, que a possibilidade do entendimento de manifestações linguísticas somente é possível quando nos encontramos em uma atitude de identificação prévia ou em uma postura ou atitude que Cavell designa como “acknowledgement” (reconhecimento). Mas, para Honneth, não se trata de um reconhecimento que procura mostrar, diante do outro, sempre uma reação bem intencionada ou amável, ou seja, “com ele (reconhecimento) se indica o fato existencial (...) de que temos que aprovar o valor do outro em uma atitude de reconhecimento, ainda quando no momento lhe maldizemos ou lhe odiamos” (HONNETH, 2007b, p. 81).

É importante salientar que, para Honneth, este conceito de reconhecimento representa uma forma muito elementar da confirmação intersubjetiva, no qual não está determinado valor da outra pessoa, mas que está subentendido a aprovação de qualidades específicas do outro. Essa forma de reconhecimento não precisa conter quaisquer normas de consideração ou de estima positivas, assim como não se pretende constatar já aqui como atuantes determinados sentimentos que possuam um caráter positivo, benevolente. Para Honneth, esta postura de reconhecimento elementar não possui orientação normativa: “Amor e ódio, ambivalência e frieza, tudo isso podem ser formas de expressão deste reconhecimento elementar, enquanto permitirem perceber que são formas da afecção existencial” (HONNETH, 2008, p. 73).



Até este ponto procurou-se mostrar que Honneth desenvolve a tese de que a conduta social exige uma primazia ao mesmo tempo genética e categorial do reconhecimento diante do conhecimento ou apreensão neutra de outras pessoas. Por isso, para Honneth, há uma série de boas razões para supor a existência de uma atitude prévia de reconhecimento ou implicação no mundo das relações sociais. O questionamento que surge é de como se chega a perda desta conduta original que é o reconhecimento. Lukács, segundo Honneth, procurará explicar que estas perdas são ocasionadas pelas próprias circunstâncias sociais, com suas práticas e por suas instituições sociais. Para Lukács, segundo Honneth, a reificação é entendida como um “processo pelo qual a perspectiva participativa original é neutralizada de tal maneira que acaba favorecendo a finalidade do pensar objetivador” (HONNETH, 2007b, p. 86). No entanto, para Honneth, esta argumentação de Lukács não é convincente, pois cria uma tensão com o ato de conhecer e de reconhecimento. Esta tensão é explicada pelo fato de Lukács afirmar que toda inovação social que neutraliza nosso reconhecimento prévio e posteriormente institucionalizado, necessariamente trata-se de reificação. A discordância de Honneth refere-se ao fato de que se a argumentação de Lukács estivesse correta, então deveríamos supor que “se todos os processos na sociedade estão reificados só porque impõem atitudes objetivadoras, então a sociedade humana deve finalmente se dissolver” (HONNETH, 2007b, p. 88).

Honneth procurará desenvolver de forma diferente os critérios para os processos de reificação, referindo-os ao “esquecimento do reconhecimento”. Trata-se do processo em que nosso saber sobre as outras pessoas e o conhecimento das mesmas se perde em relação a em qual medida ambos se devem à implicação e ao reconhecimento prévio:

Este momento de esquecimento, de amnésia, o que quero constituir em clave de uma nova definição do conceito de ‘reificação’: na medida em que em nossa execução do reconhecimento perdemos a capacidade de sentir que este se deve a adoção de uma postura de reconhecimento, desenvolvemos a tendência em perceber os demais



homens simplesmente como objetos insensíveis (HONNETH, 2007b, p. 94).

Segundo Honneth, muitas vezes percebemos as manifestações de conduta de outras pessoas requerendo nosso reconhecimento mas, apesar de percebermos estas expressões, não nos sentimos afetados por inexistir um sentimento de união. Para o autor, nesse caso, “O entorno social parece, quase como o universo sensorial do autista, uma totalidade de objetos puramente observáveis que carecem de toda emoção ou sensação” (HONNETH, 2007b, p. 94).

Potencialidades educacionais associadas ao conceito de reificação

Vimos anteriormente que Lukács entendia que a reificação era característico das sociedades capitalistas, devido ao fato de que no intercâmbio de mercadorias criava-se uma instrumentalidade fria e calculada nas relações sociais, manifestada através de uma ontologia social ou uma antropologia filosófica que procura dominar as bases racionais de nossa existência. Honneth afirma que esta conceitualização é limitada e faz uma crítica à Lukács. Com o “argumento genético” procura mostrar que a criança não poderia executar todos os passos da aprendizagem interativa se não tivesse desenvolvido antes um sentimento de reconhecimento e união com a pessoa de referência. O “argumento conceitual” refere-se à ideia de que não podemos obter um conhecimento direto, imediato, dos estados mentais de outras pessoas, se antes não estivermos em uma postura de reconhecimento do outro, na qual nos sentimos como se estivéssemos incluídos existencialmente no mundo de sensações do outro. Para Honneth, os processos de reificação são consequências do esquecimento do reconhecimento prévio.

Ao desenvolver o raciocínio de que o reconhecimento prévio é condição necessária para o conhecimento e o distanciamento disso leva à reificação, Honneth também elabora um conceito de formação da identidade pessoal que possibilita uma



contribuição importante no âmbito educacional. Desde o ponto de vista genético, Honneth, a partir das leituras de Hobson, Tomasello, Dornes e Adorno, afirma que o surgimento das capacidades infantis de conhecer, pensar e interagir devem ser entendidas como um processo que se desenvolve mediante o mecanismo de adoção de perspectiva, mas para que isso ocorra a criança deve antes identificar-se emocionalmente com a pessoa de referência. Desse modo, uma criança somente vislumbra a abundância de significados existenciais que os dados situacionais podem ter para os homens a partir da perspectiva da pessoa amada. Esta argumentação de Honneth procura mostrar que o nosso conhecimento é mais preciso e adequado quanto maior for a abertura emocional ou de identificação com a pessoa de referência, ou seja, que a exatidão de nosso conhecimento se mede pela quantidade de reconhecimento emocional que temos nos primeiros anos de vida. Desta tese de Honneth nota-se que a postura cognitiva de aprender, pensar e interagir da criança em seu primeiro ano de vida é antecedida pelo impulso do reconhecimento prévio da pessoa de referência. O significado que esta criança dá aos objetos e ao mundo está profundamente ligado com a ideia de reconhecimento prévio, sendo que a negação ou esquecimento deste reconhecimento pode levá-la a um “estado de reificação”, entendido aqui como uma patologia social.

Na argumentação no sentido conceitual que Honneth desenvolve tendo como base as reflexões de Cavell, também está presente um conceito de formação da identidade pessoal centrado no reconhecimento prévio. Refere-se à ideia de que não podemos obter conhecimento do “psiquismo alheio” sem antes haver uma postura pela qual me sinto como se estivesse incluído existencialmente em seu mundo de sensações, pois os estados mentais não constituem simplesmente objetos de um saber. A possibilidade do entendimento de manifestações linguísticas somente é possível quando nos encontramos em uma atitude de identificação prévia ou reconhecimento prévio. A maneira como o indivíduo se relaciona com os demais e reage diante dos mais variados tipos de acontecimentos que experimenta diariamente vai depender da forma como foi previamente reconhecido.



Para Honneth (2008) o “reconhecimento elementar” ou “participação afetiva” refere-se ao fato de considerar o outro indivíduo como um próximo ou semelhante, fazer parte existencialmente do mundo do outro e estabelecer uma autorrelação partilhada emocionalmente na realização de objetivos pessoais dele. A importância existencial que damos a um objeto ou a um indivíduo e nossas reações diante de circunstâncias que nos afetam são resultado da forma como experimentamos o reconhecimento prévio ou “reconhecimento elementar”. Para Honneth,

Se a gente pergunta o que posturas como “participação”, “cuidado” ou “afecção” (*Betroffenheit*) têm em comum, então imediatamente chama a atenção que todas são expressão de uma importância existencial que um determinado objeto tem para um sujeito: nós só estamos preocupados com aqueles eventos, só somos afetados por aqueles procedimentos que têm relevância direta, imediata, para o modo como compreendemos nossa vida. Por isso também não podemos deixar de reagir à circunstâncias pelas quais somos “afetados” deste modo: seja lá o que nos atinge existencialmente, isso nos leva a nos comportar de algum modo. Pois eu havia sugerido compreender tal forma da importância existencial (*existentielle Bedeutsamkeit*) como resultado de uma forma anterior, muito elementar, de reconhecimento: face a determinados fenômenos no nosso mundo da vida nós reagimos com acessibilidade existencial (*existentielle Ansprechbarkeit*) porque assumimos frente a eles uma postura na qual nós os aceitamos como o outro de nós mesmos (2008, p. 72).

Nós não estaríamos em condições de dotar o outro indivíduo com valores morais que controlam ou restringem o nosso agir, sem antes sentir o outro como próximo ou semelhante que nos reconhece. É nesse processo de socialização que os indivíduos aprendem a interiorizar as normas de reconhecimento específicas da respectiva cultura, ou seja, os indivíduos aprendem quais expectativas podem ter em relação ao outro, quais deveres precisam cumprir em relação a ele e quais comportamentos podem esperar dele. Tomados em seu conjunto, esses princípios do reconhecimento formam a cultura moral de uma determinada época do desenvolvimento social. Nota-se que o reconhecimento prévio do indivíduo em sua socialização em uma determinada cultura moral tem profundas implicações na formação da sua identidade pessoal, principalmente sobre o que este pode esperar



dos demais e quais acontecimentos sociais podem lhe provocar espanto ou indignação.

No entanto, a negação ou esquecimento do reconhecimento prévio pode ser considerado uma violação capaz de conduzir à reificação, pois a percepção do outro como alguém distante, que não respeita, que ofende e agride, leva o indivíduo a também ser indiferente com relação aos demais. A perda desta conduta original, que é o reconhecimento, cria no indivíduo uma perspectiva habitual petrificada, fazendo-o perder sua capacidade de implicar-se com interesse nas outras pessoas. É neste contexto que se manifesta a reificação, pois os sujeitos se transformam em observadores puramente passivos a quem, não somente seu entorno social e físico, mas também sua vida interior, lhes aparece sem um significado intersubjetivo. O esquecimento do reconhecimento prévio pode tornar inexistente um sentimento de união e o entorno social parece quase como o universo sensorial do autista, uma totalidade de objetos puramente observáveis que carece de toda emoção ou sensação (Honneth, 2008, p. 83-104)

Dalbosco (2011), a partir da análise de Honneth sobre reificação, procura extrair um conceito de formação da identidade pessoal importante para o âmbito educacional. Entre as conclusões de Dalbosco, destacamos sua crítica ao primado epistemológico (cognitivo) que impera irracionalmente no campo pedagógico, sem atribuir a importância devida ao reconhecimento elementar (prévio) e sem percebê-lo como ato constitutivo originário das relações pedagógico-educativa. Esta introdução do reconhecimento prévio no âmbito educacional significaria o esforço para pensar a relação formativo-educacional como constituída pela “participação afetiva”, ou seja, a afirmação do valor do outro na postura do reconhecimento e no “amor espontâneo” que sentimos um pelo outro.

A partir do argumento de Honneth, de que a reificação é esquecimento do reconhecimento, a educação deve ser, como ação interativa mediada simbolicamente, o ato da lembrança permanente daquele reconhecimento elementar que é o núcleo de nossa autenticidade. No entanto, para Dalbosco,



pensar as relações sociais e as relações pedagógicas orientando-se pelo conceito de reconhecimento elementar não significaria esquecer o lado perverso e astuto que caracteriza o ser humano e nem a intensa mercantilização calculada, à qual ele se encontra exposto na sociedade contemporânea. Levando-se em conta esta realidade complexa, e às vezes problemática, seria importante planejar nossos modos de ação tendo como fonte maior o vínculo afetivo baseado no amor espontâneo que nos aproxima e que pode nos tornar humanos (DALBOSCO, 2011, p. 44-45).

Mas Dalbosco, diferente de Honneth, preserva a significação econômica que sustenta o fenômeno da reificação. Para Dalbosco, a atual organização social e econômica é bem distinta da vivida por Marx e Lukács, mas ainda existe uma mercantilização selvagem que se apresenta assumindo novas faces e produzindo uma postura reificante. Para Dalbosco, Honneth é levado, por causa de suas opções teóricas, a não reconhecer devidamente a influência decisiva que os fatores materiais, de ordem econômica, desempenham na própria rotinização da práxis humana. Cita como exemplo

(...) a colonização que a economia neoliberal de mercado provocou, nestas últimas duas décadas, no âmbito da educação formal, especialmente, no âmbito do ensino superior, impondo um processo econômico de planejamento e troca que é estranho à lógica do processo formativo-educacional humano” (DALBOSCO, 2011, p. 47).

Esta colonização formal contemporânea teria contribuído decisivamente para o “esquecimento” do aspecto especificamente humano na formação das novas gerações, entendida como a capacidade latente em todo o ser humano de se determinar por conta própria, a qual só pode se desenvolver à medida que também for bem governada por uma autoridade externa a ser exercida pelo educador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Procuramos mostrar que Honneth, ao tratar sobre as patologias sociais, realiza modificações e acréscimos importantes ao núcleo central de sua teoria do reconhecimento, o que possibilitou novas contribuições para os processos educativos. No novo período, ao tratar sobre as patologias sociais, Honneth possibilitou contribuições para os processos educativos ao afirmar que estas podem ser superadas, pois permanece latente dentro de cada indivíduo o interesse pela emancipação e a capacidade de reagir e recuperar a racionalidade que estava distorcida. Mas, para isso, os processos educativos necessitam estar comprometidos com a ideia de que existe a possibilidade do desenvolvimento das potencialidades racionais na identidade de cada indivíduo e que nunca é tarde para o desenvolvimento destas potencialidades.

Quando Honneth tratou a reificação como patologia social originária da negação do reconhecimento prévio, possibilitou pensar sobre a importância de que todos sejam reconhecidos previamente no âmbito educacional simplesmente pelo fato de se tratarem de seres humanos, sem depender da quantidade de conhecimento que possuem. Além disso, que a educação deve ser o ato da lembrança permanente daquele reconhecimento elementar que é o núcleo de nossa autenticidade, tendo em vista que a negação ou esquecimento do reconhecimento prévio pode ser considerado uma violação reificante que compromete a intersubjetividade, que faz com que o outro seja percebido como alguém distante, que não respeita e que ofende e agride, levando o indivíduo também ser indiferente com relação aos acontecimentos dos demais.

REFERÊNCIAS

CAVELL, Stanley. *Wissen und Anerkennung* (conhecer e reconhecer). Frankfurt: Fischer, 2003.

CENCI, Angelo Vitório. *A tese da primazia do reconhecimento sobre o conhecimento em Axel Honneth*: contribuições para os processos educativos. Linhas críticas. Revista da Faculdade de Educação – UnB. v. 22, n. 49, p. 708-726, 2016. Disponível em



<<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/17703/18513>>. Acesso em: 12 de dez.18.

DORNES, Martin. *Dei emotionalen Ursprünge des denkens* (As origens emocionais do pensamento). Frankfurt: WestEnd- Neue Zeitschrift Für, 2004.

FRASER, Nancy. e Honneth, Axel. Traduzido por Peter Storandt Diller *¿Redistribución o Reconocimiento?* Um debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 2006 (Obra original publicada em 2003).

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento Pós-Metafísico* – Estudos Filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HOBSON, Jessica, Hobson, Peter. *Identification: The Missing Link between Joint Attention and Imitation? Development and Psychopathology*, Volume 19 , Edição 2, pp. 411-431, Abr/2007. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17459177>>. Acesso em: 12 de dez.18.

HONNETH, Axel. *Crítica del agravio moral*. Patologías de la sociedad contemporánea. Buenos Aires: FCE/UAM, 2009b.

HONNETH, Axel. *El reconocimiento como ideología*. Isegoría, Frankfurt, n. 35, p. 129-150, 2006 (Artigo publicado originalmente em 2004). Disponível em: <<http://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/33/33>>. Acesso em 12 de dez.18.

HONNETH, Axel. *Invisibilidad: sobre la epistemología moral del reconocimiento*. In: *La sociedad del desprecio*. Madrid: Editorial Trotta, 2011 (Obra original publicada em 2003).

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003 (Obra original publicada em 1992).

HONNETH, Axel. *Observações sobre a reificação*. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 68-79, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4322>>. Acesso em: 12 de dez.18.

HONNETH, Axel. *Reificación: un estudio em la teoria del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz, 2007b (Obra original publicada em 2005).

HONNETH, Axel. *Sufrimento de indeterminação: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Esfera Pública, 2007a (Obra original publicada em 2001).

HONNETH, Axel. *Uma patologia social de la razón*. Sobre el legado intelectual de la Teoría Crítica. In: Honneth, Axel. *Patologías de la razón: História y actualidad de la Teoría Crítica*. Buenos Aires: Katz editoras, 2009c (Obra original publicada em 2007).

LUKÁCS, Geord. *Historia y consciência de clase*. México: Grijalbo, 1969.

STERN, Daniel: *La primera relación madre-hijo*. Madrid: Morata, 1984.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1999.

